

Projeto do Fórum Nacional da Saúde:

Resolução nº 107/2010 Resolução nº 238/2016





JUDICIALIZAÇÃO E SOCIEDADE: AÇÕES PARA ACESSOS À SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE

A prevenção da judicialização numa perspectiva organizativa





Contribuição do Projeto

- Prevenir a judicialização da saúde. Melhoria na qualidade dos serviços do Sistema Único de Saúde, na atenção primária e secundária.
- Diagnóstico dos problemas e o fomento de melhorias que visem solucionar problemas e evitar novas ações judiciais.
- Resolução dos problemas na via administrativa, de forma a prevenir a judicialização e fomentar melhor atuação estatal na oferta dos serviços, identificando-se nacionalmente onde há maior precariedade no atendimento.



Proposta de trabalho

- Levantamento de dados junto às respectivas unidades jurisdicionais e instituições estaduais e municipais de saúde.
- Levantamento de dados sobre quantidade de demandas em tramitação nos respectivos Estados que visem o acesso à Atenção Primária e Secundária (tanto nos registros do Poder Judiciário, como nos órgãos gestores da saúde).
- Elaboração de propostas para solução dos conflitos mais recorrentes, o que contribuirá no aperfeiçoamento do acesso universal à saúde da população local.
- As propostas subsidiarão o seguinte Plano Nacional para o Poder Judiciário
 "Judicialização e Sociedade: ações para acesso à saúde pública de qualidade".



1ª Fase: Pesquisa nacional

Levantamento Eletrônico de Dados:

- Sobre Gestão, Estrutura e Demanda sobre de serviços da Atenção Primária e Secundária e Judicialização
- Demandas existentes e prevenção das futuras demandas:

Divisão da Pesquisa Nacional - DPJ

- Etapa 1: Poder Judiciário funcionamento e dados processuais;
- Etapa 2: Órgãos gestores (estados e municípios);
- Etapa 3: Opinião da magistratura



Objetivos do Levantamento Nacional:

> Quantificar a judicialização <u>existente</u>:

Pesquisa qualitativa e quantitativa da judicialização e da saúde relativas à atenção primária e secundária.

> Quantificar a judicialização <u>latente</u>: prevenção de novas lides:

- Como quantificar? Mapeando o funcionamento, as estrutura e os cuidados na atenção primária, tempos de espera para consultas com especialistas, exames e procedimentos;
- Como prevenir? Compreensão da interlocução interinstitucional entre o sistema de justiça e a administração pública.



2º Fase – Comitês Estaduais de Saúde

> Enfrentando os problemas levantados:

- Cada Estado uma realidade. Cada realidade seu próprio desafio.
- Com os dados sobre a judicialização existente e latente, é possível verificar o que impacta na demanda processual.
- Sugestões de enfrentamento dos desafios: Melhores práticas para solução e prevenção de litígios:
 - Capilaridade e pluralidade de integrantes dos Comitês.
 - Diálogos interinstitucionais encaminhamento de propostas à administração para aprimorar a Atenção Primária e Secundária da Saúde.



Objetivos junto aos Comitês Estaduais:

- **Proposição**, pelos Comitê Estaduais, de soluções para prevenção de lides e resoluções consensuais para enfrentamento dos problemas em cada região de saúde.
- Compilação dos dados pelo Comitê Nacional, criando um plano-modelo.
- **Debates** na **IV Jornada de Saúde do CNJ:** debates e deliberações sobre o planomodelo e estabelecimento de indicadores de medição e acompanhamento.
- Fixação de um Planejamento estratégico.
- **Formulação** de Diretrizes para funcionamento dos Comitês Estaduais na prevenção de lides, solução de ações coletivas.



3º Etapa – Execução do Plano Nacional

> Da teoria à ação:

- Elaborar de Cronograma de atividades para execução do plano nacional;
- **Executar** do Plano Nacional pelos Comitês Estaduais e Regionais, adaptado à realidade.
- Acompanhar indicadores do planejamento estratégico.
- Promover a atuação pré-processual.
- Acompanhar dos dados da gestão.



Objetivos na Execução do Projeto:

- acompanhar os indicadores de melhorias na prestação da atenção primária e secundária à saúde;
- acompanhar e monitorar indicadores da redução da judicialização;
- promover ações específicas orientadas pelos indicadores acima apurados;
- sugerir, se for o caso, a criação de câmaras de resolução pré processual.



Obrigado!

João Pedro Gebran Neto

Desembargador Federal do TRF4

Membro do Comitê Executivo do Fórum Nacional da Saúde do CNJ

Email: jpg@trf4.jus.br